

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

7. Patrimônio Imaterial

A presença dos africanos no Brasil contemporâneo pode ser identificada na vivência de um patrimônio cultural, expresso em memórias, músicas, versos, cantos, danças e performances, associado aos marcos de sua História. A valorização recente do patrimônio imaterial por políticas públicas culturais tem proporcionado maior visibilidade à herança africana no Brasil, assim como maior reconhecimento do passado escravo e negro. O patrimônio imaterial africano é reconstruído por diversas comunidades e torna-se bandeira de luta por direitos e afirmação da identidade negra.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Tambor de Criola – MA*

O tambor de crioula é uma manifestação cultural afro-maranhense que combina música, dança e devoção a São Benedito. Para sua execução usa-se uma parelha de três tambores de tronco de madeira (meião, crivador e tambor grande), a matraca sendo opcional. A dança, exclusiva das mulheres, é caracterizada por uma coreografia com muitos giros e a umbigada denominada “punga”. Em alguns municípios do interior, os homens praticam a “punga dos homens”, na qual um homem dança, parado num lugar, enquanto o outro tenta derrubá-lo. As origens do tambor de crioula remontam aos batuques do tempo da escravidão, mencionado por cronistas como Frei Francisco dos Prazeres. Uma descrição mais pormenorizada, destacando suas principais características, encontra-se no Pantheon Maranhense de 1873-75. O Tambor de Crioula foi reconhecido em 2007 como patrimônio da cultura imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referência:

FERRETTI, Sergio F. Tambor de Crioula: festa de preto. *Revista Universitária*, São Luís, v. 2, n.2, p. 83 - 93, UFMA, 1979.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins (Org.). *Tambores da Ilha. São Luís*, , 2006. Disponível em: <http://portal.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=719>. Acesso em: 06 de novembro, 2012.

Consultor: Matthias Röhrig Assunção

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Maracatu – Recife - PE*

De acordo com o folclorista pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), o maracatu era a expressão que mais evidentemente reunia “usos e costumes africanos”. Na segunda metade do século XIX, os maracatus, representando cortejos régios, começaram a marcar presença nos carnavais através de suas associações festivas. Em Recife (PE), no Pátio do Terço, situava-se a casa das tias do Terço (Sinhá, Yayá e Badia), importante terreiro da religião nagô. D. Santa, uma importante rainha do Maracatu Elefante, costumava passar na casa de Badia durante o carnaval para prestar-lhe as devidas homenagens. É ainda no Pátio do Terço, local da Igreja de Nossa Senhora do Terço, que são realizadas as apresentações dos grupos de maracatus na Noite dos Tambores Silenciosos, realizada toda segunda-feira de carnaval em homenagem aos ancestrais escravizados.

Referência:

LIMA, Ivaldo Marciano França. Entre Pernambuco e a África. Histórias do Maracatu Nação do Recife e a espetacularização da cultura popular. *Tese de doutorado*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2010.

Consultor: Isabel Guillen

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Samba de Roda – Recôncavo - BA*

O Samba de Roda é uma manifestação cultural afro-baiana que reúne música, dança e performance. É no Recôncavo baiano, antiga zona açucareira e de grande concentração de população africana e afrodescendente, que encontramos os mais tradicionais grupos de samba de roda. Seus integrantes, em geral, possuem laços familiares e de convivência cotidiana em espaços de trabalho e moradia. Preservado pelos sambadores e sambadeiras, o samba de roda possui um repertório musical e coreográfico próprio, que conta e canta a trajetória das populações negras na Bahia. Seus ritmos enchem as ruas das cidades e vilas do Recôncavo durante festas religiosas do calendário afro-brasileiro. O samba de roda é parte do patrimônio da cultura imaterial do Brasil, com o reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referência:

Secretaria da Cultura, Governo Federal. Samba de roda do Recôncavo baiano – *Dossiê de Registro do samba de roda do Recôncavo baiano*.: Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=723>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Wlamyra Albuquerque

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Capoeira – Rio de Janeiro / Salvador – RJ*

Durante o século XIX, no Rio de Janeiro, maltas de capoeiras marcavam a vida de diversos locais da cidade, acompanhavam as procissões, as eleições, faziam-se presentes nas ruas estreitas, nos largos e praças e no cotidiano urbano. Embora pudessem ser encontrados portugueses e brancos pobres na capoeira, 70% dos indivíduos presos por capoeira no início do século XIX eram africanos e, em sua maioria esmagadora, escravos. As mais importantes maltas eram as das freguesias do Santíssimo Sacramento e do Campo de Santana, no centro da cidade. Jogos de combate entre africanos, escravos e negros também são atestados na Salvador oitocentista por artistas como Rugendas e viajantes como Wetherell. Em 1856, este último registra “pretos brigando com suas mãos abertas”, mas sem sérios danos. As marcas da luta eram os saltos, além dos braços e pernas em movimento.

Referência:

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

ABREU, Frederico José de. *Capoeiras. Bahia, século XIX. Imaginário e documentação*. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

Consultor: Suzana Barbosa/ Matthias Röhrig Assunção

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Congado – MG, RJ, SP*

A coroação de reis e rainhas negras é uma expressão cultural e devocional dos africanos e seus descendentes, que marcou a vida colonial e do Brasil nos séculos XIX e XX. Atualmente, as coroações dos reis congos, conhecidas como Congados, são mais evidentes nas cidades mineiras. A festa da cidade de Ouro Preto, que celebra a história de Chico Rei, acontece no mês de outubro, e é organizada pelas irmandades de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, herdeiras do patrimônio construído pelos africanos. Diversos elementos dos congados expressam uma identidade católica que se relaciona ainda hoje com tradições centro-africanas.

Referência:

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista. História de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ticumbi – São Mateus e Conceição da Barra - ES*

Também conhecido como baile de congo, o Ticumbi é o mais tradicional folguedo em comemoração a São Benedito. Na região norte do Espírito Santo, os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, mantêm há mais de 200 anos a tradição do Ticumbi. Durante os bailes, as danças e encenações remetem-se à história de reis africanos, dramatizando suas guerras e rememorando as tensões sociais nas lutas pela liberdade. A festa começa dia 30 de dezembro e termina dia 1º de janeiro com uma apresentação em frente à Igreja de São Benedito.

Referência:

NEVES, Guilherme S. - Ticumbi. *Série Cadernos de Folclore nº 12*, Rio, Funarte, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. 9ª edição. São Paulo: Global, 2000.

Consultor: Adriana Pereira Campos / Sandro Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Jongo – RJ, SP, MG, ES*

Em 2005, o Conselho Consultivo do Instituto Histórico do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), aprovou o registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil por considerá-lo representante do legado dos povos africanos de língua bantu escravizados no sudeste. Reunido dança em roda, desafios, tambores e fogueira, o jongo é praticado por diversas comunidades de descendentes de africanos. Na comunidade remanescente de quilombo de São José da Serra (Valença – RJ), realiza-se, nos meses de maio e novembro, um dos mais importantes encontros de jongueiros do sudeste.

Referência:

LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo (orgs). *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. História, Memória e Patrimônio. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/historia-memoria-e-patrimonio>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Comunidades remanescentes de quilombo*

Até o ano de 2012, a Fundação Cultural Palmares certificou, desde a Constituição de 1988, mais de 1.500 comunidades quilombolas, consideradas hoje patrimônio cultural e imaterial do Brasil. Essas comunidades, formadas por descendentes das últimas gerações de africanos trazidos como escravos para o Brasil, lutam pela titulação de territórios ocupados coletivamente. Seus direitos estão garantidos pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e pelo Decreto 4887, de 2003. Este último regulamentou “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos” a partir da “autodefinição da própria comunidade”, entendendo-as como “grupos étnicos-raciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. A memória da escravidão, do tráfico, da África e do pós-abolição fortalece as reivindicações pela garantia do território.

Referência:

O'DWYER, Eliane Cantarino . Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Tomo (UFS), v. 11, p. 43-58, 2008.

<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>

Observatório Quilombola. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/>.

Consultor: Daniela Yabeta